

As pressões para fazer um novo pacote

8 AGO 1989

GAZETA MERCANTIL

Sob crescente pressão política, o governo federal prepara novo conjunto de medidas com o objetivo de reduzir as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos.

A decisão do presidente José Sarney já está tomada, foi comunicada aos ministros da área econômica — que elaboram diferentes alternativas (veja matéria abaixo) — e reafirmada, ontem, a líderes do PMDB e do PFL, os dois maiores partidos políticos.

Mas ainda não existe uma definição sobre o real conteúdo desse novo "pacote", que está sendo operado pelo governo como uma forma de resposta ao programa econômico emergencial proposto pelo Congresso.

Os sinais dados pelo próprio presidente Sarney a seus interlocutores têm sido contraditórios. Os ministérios da Fazenda e do Planejamento, por exemplo, já trabalham na perspectiva de edição de projetos de lei que elevem ainda

mais os impostos, retomem a antiga "Operação Desmonte" com extinção de órgãos federais com funções superpostas, e venda de imóveis públicos para cobrir parte do déficit previsto no orçamento do próximo ano.

Mas ontem, ao deixar o gabinete presidencial, o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, anunciou no Palácio do Planalto que já nesta quarta-feira o governo começa a aplicar o plano proposto pelo Congresso.

"O governo não vai passar um só dia sem colocar alguma coisa em prática", garantiu o senador ao repórter Itamar Garcez. Elistou as primeiras medidas, segundo seu entendimento: venda de mansões dos ministros, por leilão, abertura de importações de bens de capital e insu- mos e privatização de empresas públicas.

O presidente Sarney, ao mesmo tempo, está examinando a viabilidade política de fazer uma reforma em seu ministério. Discutiu essa possibilidade, no último fim de semana, com alguns assessores diretos e, ontem, debateu-a com o empresário Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo, em duas horas de almoço. O encontro, conforme assessores de Sarney, foi pedido pelo próprio empresário.

Alvo central nas manobras políticas para uma reforma ministerial, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, reiterou à editora Cláudia Safatle, ontem em Brasília, que não pediu nem pretende pedir demissão do cargo. Sua saída chegou a ser anunciada pelo jornal O Globo para esta semana. Nas listas de eventuais sucessores, que circularam nos últimos

quatro dias por diferentes gabinetes do governo, dois nomes eram constantes: Nestor Jost, ex-presidente do Banco do Brasil, e Raphael de Almeida Magalhães, ex-ministro da Previdência Social.

"Eu não ligo para isso; estou trabalhando e não me preocupo com isso" — reagiu Mailson da Nóbrega, à saída de um almoço com John Reed, presidente do Citicorp, na mesma hora em que Sarney e Marinho almoçavam, no Palácio da Alvorada. "Já estamos acostumados", ironizou o ministro João Baptista de Abreu, do Planejamento.

Há dúvidas quanto à eficácia, à viabilidade e à receptividade ao programa econômico proposto pelo Congresso: "A proposta exige sacrifícios da população que o presidente José Sarney não tem autoridade moral para exigir", ponderou, por exemplo, o vice-presidente nacional do PMDB, senador José Fogaça. "Não vai funcionar", acha.

Entre os empresários há quem considere "desastrosa" uma mudança, agora, na equipe econômica governamental. E o caso de Mário Amato, presidente da FIESP, que passou o dia de ontem ao telefone, articulando apoio político ao ministro da Fazenda: "Nós pedimos a ele, Mailson, se comprometeu a não sair do ministério", afirmou ao repórter Antonio Gutierrez.

(Ver páginas 9 e 10)

John Reed, presidente do Citicorp, disse ontem que o Brasil pode tirar proveito do esquema de redução de dívida externa dentro do Plano Brady, mas isso será negociado pelo próximo presidente da República.

(Ver página 23)